



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>e-mail: geral@ans.pt

Nº: 19/01

Data: 22 AGO 01

COMUNICADO

ANS recebida em audiência pelo MDN

A ANS foi recebida hoje, 22 de Agosto, em audiência pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), para a protocolar apresentação de cumprimentos.

Aproveitámos a oportunidade para reiterar a vontade e disponibilidade na procura de soluções consensuais para o vasto leque de problemas que há longo tempo vêm afectando a Instituição Militar e os Sargentos em particular.

Dos vários temas abordados na reunião realçamos:

- **A LINHA VERDE** - esta proposta (contacto imediato das famílias dos militares que prestam serviço em missões com ausência prolongada do meio familiar, nomeadamente em caso de acidente) já apresentada pela ANS em 1998, continua a aguardar implementação, apesar das várias opiniões favoráveis já existentes, ficando agora a promessa que o Ministério iria implementá-la de imediato;
- **JUSTIÇA MILITAR** - o MDN está aberto ao envolvimento das Associações Profissionais dos Militares nesta matéria. Transmitimos o nosso desejo de que esta matéria seja alvo de um amplo debate público que envolva os parceiros mais habilitados: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Ordem dos Advogados, a comunidade académica e, obviamente, os próprios militares;
- **Artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas** - Fizemos sentir a nossa preocupação pelo atraso na promulgação do diploma e a nossa disponibilidade para participar na regulamentação complementar requerida pelo diploma aprovado recentemente na Assembleia da República (AR). A preocupação foi partilhada pelo MDN;
- **Carreiras/EMFAR** (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) - Fizemos entrega da nossa proposta enviada à AR para alteração do EMFAR. Salientámos a inexistência de fluxo de carreira, dando o exemplo de camaradas nossos que permanecem 20 e mais anos no posto de primeiro-sargento, bem como de outros que com pouca idade atingiram a última promoção das suas vidas neste posto. Apelámos para que as nossas propostas fossem alvo de uma iniciativa legislativa extraordinária do MDN.
- **Distorções no Sistema Retributivo** - Defendemos que a resolução dos problemas actuais do sistema retributivo dos militares, face à actual

conjuntura de contenção, não pode ser global. Há problemas de distorção e injustiça relativa cuja resolução prioritária criará uma boa plataforma para a necessária revisão global economizando meios, aliviando tensões, recuperando motivação e confiança e desdramatizando esta tão sensível questão.

É exemplo disto, a questão da equiparação do sistema retributivo dos militares com o actualmente aplicado à GNR, em todas as suas vertentes, com origem na interpretação do D.L. 328/99, e a saber:

- Equiparação da escala indiciária dos militares das Forças Armadas aos da GNR;
- Aplicação do Art. 19º do referido diploma;
- Não absorção dos diferenciais na aplicação dos novos índices.

Na convicção de que a solução do problema assenta, para além do seu próprio reconhecimento e da necessária projecção das medidas a tomar, o que se crê já ter sido feito, na disponibilidade de instrumentos financeiros, que eventualmente não estejam a ser facultados ao Ministério da Defesa e consequentemente aos Ramos, a ANS reconhece que é ao Primeiro-Ministro, a quem cabe definitivamente, e duma vez por todas, dar a solução ao problema, fazendo assim justiça a um elevado número de Sargentos, que, obviamente não compreendem qual a razão de se verem discriminados e ostracizados numa situação que contraria tudo aquilo que seria de esperar, por parte do estado de direito, que abnegadamente servem.

No momento em que nos pedem maior capacidade de resposta, no momento em que nos pedem maior qualificação, maior complexidade na preparação para determinado tipo de missões que nos estão cometidas, aquilo que em simultâneo nós pedimos é a dignificação das nossas carreiras e a resolução célere da equiparação dos vencimentos entre os militares das Forças Armadas e da GNR.

Julga a ANS ter sido entendida pelo Ministro a urgência e justiça da resolução dos problemas apontados.

A não serem eliminadas, de imediato, estas situações de injustiça estão criadas condições para a desmotivação dos Sargentos das Forças Armadas Portuguesas e a assumpção de graves problemas institucionais.

A Direcção

Lisboa, 22 de Agosto de 2001